

# Falta mais coordenação, diz Langoni

90

Londres—O ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, disse ontem que a crise do endividamento internacional foi agravada devido a uma falta de coordenação e liderança por parte dos países industrializados e do Fundo Monetário Internacional.

Em discurso numa conferência realizada em Londres sobre a crise das dívidas externas, Langoni destacou também que é preciso encontrar uma solução e esta deve ser “amplamente orquestrada”.

“No momento, os países em desenvolvimento têm que negociar com os bancos e com o FMI separadamente e não em conjunto. Precisamos de negociações unilaterais e não bilaterais”, disse ele.

“Precisamos criar leis para controlar as taxas de juros. Precisamos reduzir o impacto das mudanças nas taxas de juros sobre os países em desenvolvimento, cujas economias são muito vulneráveis a qualquer alteração. Qualquer aumento nos pagamentos de juros atinge estes países, pois eles não têm reservas”.

Langoni ressaltou ainda a necessidade de um novo mecanismo para garantir uma fonte de financiamento aos países em desenvolvimento, que são prejudicados acima de tudo “pelas coisas inesperadas. Precisamos de um apoio mais formal dos bancos centrais e precisamos pensar numa transição para alguma forma de financiamento a longo prazo”.

O ex-presidente do Banco Central acrescentou que sua maior divergência com o FMI decorreu da falta de compreensão do Fundo em relação aos problemas dos países em desenvolvimento. “Todos os países enfrentam uma recessão e perda de ingressos e acho que devemos dividir o custo. Precisamos de um mínimo de liderança adequada. Não podemos continuar dizendo que o problema foi iniciado pelos países em desenvolvimento”.

Outro orador, Paulo Lira, também ex-presidente do BC, defendeu uma moratória parcial de cinco anos sobre a dívida de 90 bilhões de dólares do Brasil, que não incluiria os empréstimos do Banco Mundial e do Banco do Desenvolvimento Internacional, maiores ainda do que os pagamentos de amortização e juros.

Dentro de seu plano, ficaria isento também o financiamento a curto prazo claramente relacionado ao comércio, o te-